

Sobre muros e pessoas: a política do exílio desde uma espiadela n^o “A Construção da Grande Muralha da China”, de Kafka. Um Ensaio¹

Marcus Vinícius Xavier DE OLIVEIRA²

Resumo

Neste ensaio procurei enfrentar o problema das (im)políticas imigratórias que têm sido executadas pelo ocidente em relação aos demais povos que, por guerras engendradas pelo próprio ocidentes ou por pobreza, se lançam numa busca por uma (sobre)vida que se choca com aquilo que se tem denominado de criminalização do exílio. O método utilizado, de caráter transdisciplinar, tem por foco uma leitura do conto “A construção da grande muralha da China”, de Franz Kafka, tendo como apoio o direito e a filosofia política.

Palavras-Chave: Transdisciplinariedade, Ddireito-filosofia-literatura, Franz Kafka.

¹ O presente texto é a versão revista e corrigida da comunicação feita na 2ª Semana Acadêmica de Filosofia, organizada pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Agradeço o convite feito pelos estimados colegas Prof. Dr. Paulo Roberto Konzen e Prof. Dr. Leno Francisco Danner.

² Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Mestre em Direito Internacional pela UFSC. Doutorando em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do GP Teoria Política Contemporânea - Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Advogado. E-mail marcusoliveira@unir.br

1. Farei uma ligeira exposição do porque do tema escolhido, bem como da metodologia adotada.

Vivemos numa época em que a palavra “crise” ganhou o status de palavra de ordem que está a legitimar aquilo que poderíamos denominar de excepcionalidade normalizada. Fala-se de crise para, mais do que explicar, justificar e tornar incontestáveis a adoção de determinadas práticas e/ou políticas que, não fosse a estrutura semântica e política do conceito, não cogitaríamos em nenhuma hipótese em nos submeter. Em outros termos, crise identificará, ao mesmo tempo, um julgamento orientado por aquele acrônimo geralmente atribuído a Pierre Bordieu - *T.I.N.A* (“*There Is No Alternative*”) -, mas que na verdade foi inicialmente usado pela então Primeira Ministra inglesa Margaret Thatcher para justificar a implementação de políticas neoliberais e a derrocada de direitos sociais, mas também uma palavra de ordem idêntica àquela que se atribui a Frederico Guilherme II em resposta ao *sapere aude* kantiano: “pensem o quanto quiser desde que obedeçam”.

Esta percepção é confirmada pela origem do vocábulo crise, que provém do grego κρισις (*krisis*), cuja utilização primeva pertencia à arte médica: no curso do tratamento, ao médico chegava um tempo de *krisis*, de julgamento, isto é, de tomar uma decisão acerca da sobrevivência ou não do paciente. Da arte médica, o conceito passou à teologia cristã para identificar o tempo da *parousia*, da segunda vinda, com a qual se consumará a história humana em seu momento crítico, isto é, de julgamento.

Nestes dois contextos, e nos que se seguiram em variados campos até chegarmos ao momento presente de economicização absoluta da vida e da política, crise identifica um momento de *deficium*, de resolução, de consumação, de julgamento e, portanto, de decisão sobre a *excpetio*, isto é, sobre aquilo que está, ao mesmo tempo, dentro e fora da norma. E por vivermos num período de crise contínua, o seu uso é o canal de normalização da excepcionalidade política.

Escolhi, nesse contexto, um tema e um problema que me tocam tanto enquanto pessoa como estudioso – o problema das imigrações (i)legais e das (im)políticas de exílio que o mundo tem vivido não somente em razão dos conflitos bélicos que se têm

espraiado pelo mundo, mas também em decorrência do aumento da pobreza causada pelas assimetrias econômicas, das violações contínuas e sistemáticas dos direitos humanos realizadas pelos governos de todos os Estados e de problemas climático-ambientais relacionados à desertificação, a falta de acesso à água, produção de alimentos, à gentrificação das cidades etc, fatores estes que têm empurrado cada vez mais um número infinito de pessoas a buscarem novos sítios fora de seus países, em especial nos desenvolvidos, os quais, por motivos que todos sabemos, se fecharam em copas, suscitando a produção de imagens e políticas de proteção da fronteira que pensávamos ter sido sepultadas com *“plus jamais çá”* enunciado desde a *“descoberta”* de Auschwitz.

É como, portanto, se o *“çá”* antes negado se constituísse, na verdade, na única assinatura perene da história humana, dada a sua contínua repetição, como se a única certeza que podemos dela haurir é que, em algum momento, alguéms serão mortos violentamente ou abandonados a sua própria sorte, pondo em suspensão, ou mesmo revolvendo, qualquer traço de civilidade que nós entendemos como sendo a essência de nossa alteridade em relação às demais espécies animais.

Metodologicamente, entretanto, a exata compreensão do fenômeno exige muito mais do que o referencial habitual que um trabalhador do direito como eu costuma utilizar, isto é, teorias e normas jurídicas, construídas, por obviedade, a partir de uma postura interdisciplinar que poderia ser assim caracterizada: ao se buscar interpretar determinado fenômeno em seu *“contexto”*, o trabalhador do direito sai de sua caixa de teorias e normas jurídicas, apreende o significado nas caixinhas de outras disciplinas - v.g. sociologia, antropologia, filosofia política etc -, e uma vez apreendido o significado, abandona àquelas caixinhas e volta para o quadro usual de teorias e normas jurídicas que passam a ser interpretadas com o auxílio daqueles referenciais.

Com isso, portanto, nega-se, de um lado, a complexidade da realidade vivida - afinal, existiria uma autonomia quase absoluta entre as caixinhas -, e de outro lado mantém-se a ilusão de uma interpretação adequada, pela qual a resposta encontrada é a única possível, ou uma das possíveis, porquanto pretensamente contextual.

Contra esta compreensão equivocada de autocontenção/compreensão da realidade em disciplinas autônomas que se comunicam somente se, e desde que, o intérprete decida sair de seu âmbito de trabalho, a transdisciplinariedade nos impõe uma tarefa muito mais árdua, por suposto, mas também mais adequada à conjunção entre texto/contexto/interpretação: por ser a realidade complexa, como complexa é a vida humana em todas as suas manifestações, texto e contexto tomam parte de uma realidade multifatorial em que a autonomia disciplinar-metodológica faz-se em pedaços e assume um *status* análogo a um campo de força, ao redor do qual gravitam todas as formas e modos dispostos pela razão humana para se tentar compreender a realidade vivida, isto é, transita-se, sem mais, e não só interage-se.

E para demarcar, desde já, o campo de força de minha palestra, digo-o logo: a pessoa humana não em sua individualidade, mas como humanidade, conceito que conjumina todas as pessoas e seu ambiente por meio de seus direitos inalienáveis na seguinte ideia: coisas têm valor, isto é, preço; a pessoa humana tem dignidade, independentemente de qualquer outro fator econômico, psíquico, físico ou social que se possa utilizar para demarcar a pluralidade humana tal como compreendida por Hannah Arendt, segundo a qual ninguém foi, é ou será igual a outra pessoa.

Nisso consiste não a alteridade (a diferença entre pessoas e coisas ou entre coisas), mas a outredade, isto é, a diferença existencial que nos giza, e por isso todos temos dignidade, e não um preço.

Mas apesar disso, ou mesmo por conta disso, insistimos em construir muros reais ou fictos com os quais objetivamos nos separar, nos atomizar, negar, desde o chão comum que todos pisamos – o mundo no sentido arendtiano –, a pluralidade que nos concerne. Por isso escolhi esse conto de Kafka ora intitulado “A muralha da China” ora “Na Construção da Grande Muralha da China”, escrito entre 1917/1918, mas publicado postumamente só em 1934. Em se tratando de um trabalho de Kafka não publicado em vida, somente podemos agradecer que seus desejos finais confiados a seu amigo Max Brodi não tenham sido atendidos...

Isto quer significar, portanto, que este conto tem para mim uma estatura filosófica comum a muitas outras obras literárias – 1984, de Orwell, Bartleby, de Melville, para ficarmos em alguns exemplos evidentes -, posto revelar-se, para a compreensão do tema proposto, como um paradigma no sentido próprio da palavra: um exemplo. E como todo exemplo, nos obriga a sairmos dos usuais métodos indução/dedução para nos concentrarmos na hipótese exemplar que anula as relações particular-geral, geral-particular por se tratar, conforme Aristóteles, numa relação particular-particular.

2. Pois bem. Nessa obra Kafka nos conta, através de um narrador que somente depois se identificará como um dos tantos trabalhadores que obraram na construção da Muralha da China, as diversas circunstâncias políticas, morais, psicológicas, pedagógicas, técnicas etc que envolveram a execução dessa obra de engenharia militar que tem 8850 quilômetros de extensão e com, em média, 7 metros de altura, e que demorou mais de 2 mil anos para ser concluída.

Engenharia militar porque desde o início consigna-se que a finalidade declarada era a de impedir a invasão da China pelos bárbaros do norte.

Portanto, trata-se, de uma narrativa em primeira pessoa. Mas que tipo de pessoa nos relata esse fato? E em que momento?

O narrador é um contemporâneo ao início das obras, e se identifica, sem mais, como um dos milhares de trabalhadores que despenderam sua força de trabalho em favor do projeto engendrado pelo Imperador.

E aqui nós temos no conto um primeiro tema que poderíamos identificar pelo conceito de “mútua dessubjetivação”: na medida em que o Imperador, conforme indicado no conto, é não somente inacessível ao seu próprio séquito, quanto mais a seus súditos, mas também desconhecido – o narrador inclusive afirma que o poder era tão distante geográfica, funcional e pessoalmente, que não raro as pessoas afirmavam estar no império uma dinastia que há muito já fora substituída por outra -, e que no mais das vezes uma ordem ou lei imperial, quando chegava aos rincões mais distantes do reino, há muito que seu autor falecera e a ordem ou lei fora revogada por seu sucessor.

E o que é um poder “pessoal” que, em razão de sua conformação, distanciamento e impessoalidade, não mostra o “rostro”? Uma dessubjetivação absoluta em que a palavra, a ordem dada, é exercida e obedecida “como se”, de fato, pertencesse a seu enunciador, algo símile à democracia que vivemos em nossos dias, em que o poder pertence ao povo, mas exercido por outrem em seu lugar. Uma (a)democracia, portanto, que em razão da força que o poder econômico desempenha, seria mais bem compreendida como plutocracia.

Sabemos, ademais, que esse poder sem forma, nem rosto, nem presença é usual na obra de Kafka como o demonstram, e.g., outras de suas obras, o Processo na figura do Tribunal, e os donos do Castelo, a quem o agrimensor nunca chega a ver.

Ao lado dessa dessubjetivação de um poder que em essência é pessoal, temos também a do narrador. Ele jamais se nomeia, ou identifica a sua estirpe, formação, laços familiares ou pessoais. Ele é tão-só um súdito a quem tocou, em seus dez anos de idade, ser testemunha do início do projeto imperial de construção do muro, e a quem, em sua idade adulta, foi dada a “oportunidade” de trabalhar nas obras, sempre muito distantes de seu chão natal.

Esse narrador que só tem voz, mas não *persona*, pode ser apreendido como um mero objeto (por isso mesmo súdito) do poder dessubjetivado que determina a realização da obra. Ele não tem individualidade, não é um sujeito que junte em sua narrativa personalidade individual e realidade, mas um narrador que tem sua voz utilizada para descrever os fatos tais como se passaram, e por mais esdrúxulas que as normas fossem, suspender o pensamento mediante uma certeza incutida de que a “Direção da Obra” detinha mais sabedoria, conhecimento e razão que qualquer outra pessoa, mormente no que concernia à forma descontínua de construção da Muralha:

“Talvez agora possamos discutir sem perigo, [pois] nesses dias o pensamento secreto de muitos, quanto mais dos melhores, era este: “Trata de compreender com todas as tuas forças as ordens da Direção, mas só até certo ponto; a partir daí, deixe de pensar”. Um pensamento dos mais razoáveis, que se desenvolveu numa parábola que obteve ampla difusão: Pare de pensar, mas

não porque o possa prejudicar, já que tampouco existe certeza de que te possa prejudicar; as ideias, preconceituosas ou não, não têm nada a ver com assunto”.

Um poder personalizado cujo exercício dessubjetiva inclusive o seu titular; uma forma de exercício do poder que despersonaliza o sujeito e o converte em mera engrenagem no funcionamento do “sistema” também: a isto conhecemos pelo nome de totalitarismo.

Outro ponto que eu gostaria de destacar em relação à obra é este. No conto, assim como na realidade histórica, a Muralha foi construída de forma descontínua, vale dizer, por partes, e tinha por função unicamente proteger aos chineses dos estrangeiros, desde logo assimilados a bárbaros.

Sobre este primeiro tópico afirmou o narrador:

“A muralha da China foi concluída em sua extremidade setentrional. De sudoeste a sudeste a construção foi elevada aos poucos e unida aqui. Em escala menor, esse sistema de construção por partes foi seguido também dentro de dois grandes exércitos de trabalho, do leste e do oeste. Acontecia assim: grupos de cerca de vinte trabalhadores eram formados, um grupo tinha que executar uma parte do muro de cerca de quinhentos metros de comprimento, um grupo vizinho erguia um bloco de muro do mesmo tamanho em direção ao outro grupo. Mas, depois de realizada a junção, a construção não continuava a partir desses mil metros, os grupos de trabalhadores eram mandados para regiões completamente diferentes da construção da muralha. Naturalmente, dessa maneira foram deixadas grandes lacunas, que foram preenchidas pouco a pouco, algumas até depois da construção da muralha ter sido declarada completa. Sim, dizem que há lacunas que sequer foram fechadas, afirmação que possivelmente pertença apenas às muitas lendas a que a construção deu origem [...] e que não podem ser verificadas, pelo menos não por uma só pessoa com os próprios olhos e com a própria escala, por causa da dimensão da construção [...].”

O que mais chama atenção nessa narrativa é que a grande muralha, tendo sido construída para impedir as invasões dos povos do norte, foi feita de forma descontínua, uma estrutura paradoxal de fechamento/abertura, e nisso é possível inclusive imaginar a seguinte imagem: se a intenção era impedir a invasão “bárbara”, sempre que

o imperador saía de seu recolhimento e dava uma espiada na praça à frente de seu palácio, via ali os bárbaros sentados num de seus bancos ou trocando conversas amigáveis com os seus súditos.

Trata-se, a todo rigor, num empreendimento, fisicamente ineficaz, mas não culturalmente, isto é, um empreendimento de proteção cultural e de subjetivação do medo.

O outro ponto diz respeito, como já dito, à intensão: manter afastado, ao longe, os outros.

E para isso foi necessário muito mais do que uma determinação imperial de se fazer a muralha. Foi necessária a instituição de uma pedagogia do medo, do terror, em que o Outro é sempre o bárbaro, o medonho, o perigoso:

“Do que nos ia proteger a Grande Muralha? Dos povos do Norte. Eu venho do Sudoeste da China. Nenhum povo do Norte nos ameaça. Lemos as histórias antigas e as crueldades que esses povos cometem seguindo os seus instintos, [o que] nos fazem suspirar sob as nossas pacíficas árvores. Nos desenhos oficiais dos pintores vemos a esses rostos cruéis, essas faces abertas, essas mandíbulas cingidas de dentes pontiagudos, esses olhinhos entornados que parecem buscar uma carne fraca para o brilho de seus dentes [...] Mas isto é tudo o que sabemos desses homens do Norte. Nunca os vimos e se permanecermos em nossa aldeia não os veremos jamais, ainda que resolvessem se precipitar por sobre nós sob o largo galope de seus cavalos selvagens... a terra é demasiadamente vasta e não os deixaria aproximar-se... sua corrida se destroçaria no vazio.”

Nenhuma política autoritária ou totalitária é eficaz sem uma pedagogia do medo. E não o medo de um fato concreto, real, atual ou iminente – isto diz respeito à imprevisibilidade da vida –, mas um medo incutido, curtido, promovido politicamente, em que se faz temer o Outro por sua exclusão do gênero humano.

Sabemos que a palavra bárbaro provém do grego βάρβαρος (*barbaros*), que em seu étimo se reporta a onomatopeia bar-bar, isto é, o som que os gregos ouviam, mas não entendiam, quando um *xenos* lhes falava em sua língua materna.

Se o lugar originário da pessoa humana é a linguagem, negar que o Outro tenha uma linguagem é o mesmo que lança-lo na categoria dos animais, que conforme Aristóteles, falam, mas não têm linguagem.

Mas não basta assimila-lo às bestas, é preciso representa-lo, imagetivamente, enquanto tal. E somente uma vez operada não uma dessubjetivação, mas uma completa animalização do Outro, é que a pedagogia do medo logra operar eficácia e ganhar foros de verdade e de adesão dos “protegidos”.

3. Chegados a esse ponto torna-se, pois, necessário, dar um fechamento ao tema e buscar, quem sabe, uma saída.

Um ponto central que insistirei com vocês é isso: pessoas têm dignidade, e não preço. Isto quer significar, doutro passo, que nenhum atributo é apto a qualificar alguém acima dos outros, ou a sua falta em fazê-lo perder sua estatura de humano, pois dignidade humana significa isso: todas as pessoas, apesar de suas diferenças, são indivíduos a quem se deve assegurar o *standard* mínimo para uma vida digna: vida, liberdade, igualdade, honra etc. E é para assegurar este mínimo, que em nosso atual contexto é o máximo do máximo, que internacionalmente se proclamaram inúmeros tratados internacionais de direitos humanos, e em nível interno declarações de direitos fundamentais.

Agora, assim como no entreguerras e no curso da segundo guerra mundial, nunca o mundo se deparou com tantas e tantas pessoas espoliadas de seus direitos mais básicos, e que aparecem em cena na forma daquilo que Hannah Arendt, apropriando-se de um conceito benjaminiano, identificava como vida nua, isto é, os imigrantes em massa, quando aparecem em cena, o fazem como pessoas em sua mais pura acepção, destituídas, portanto, de todos os demais atributos que o direito geralmente utiliza para qualificar a nossa espécie: nem nacionalidade, nem propriedade, salvo os bens que conseguem carregar em suas bagagens, nem direitos políticos, sociais, liberdades fundamentais... *nonada*: aparecem como pessoas em sua mais pura acepção.

E contra essas pessoas, pelos motivos os mais variados, se constroem, literal ou figurativamente, muros, muralhas, cercas, barras de contenção etc.

Isto é prova, doutro passo, que a pedagogia do medo tem funcionado de forma muito mais eficaz na era da globalização do que em tempos passados. E a grande calamidade não é somente humana, mas principalmente ética e moral, na medida em que produtos – coisas – têm livre trânsito nas fronteiras, coisas que, como dito, têm preço, mas jamais dignidade.

Pessoas têm dignidade, mas se chocam contra os muros; coisas têm preço, mas circulam livremente por entre fronteiras. Mas se a pessoa for reduzida à condição análoga à de escravo – portanto, coisificada –, não há fronteira que impeça a sua inserção no regime de exploração que a criminalidade transnacional executa. E é isso o que significa a construção de muros, a vida nua reduzida a uma coisa desmerecida e menos valiosa que um produto, ou reificada como um produto.

Contra os muros devemos, portanto, construir pontes, e que no contexto da filosofia política deve ser identificado com a desconstrução de todas as políticas e pedagogias do medo, e no âmbito de proteção aos exilados com a execução de políticas humanitárias cooperativas de aceitação e concessão de abrigo por todos Estados com capacidade de fazê-lo, o que, *per se*, ilidiria a acusação, assaz conhecida, de que referidos excedentes – mais um vocábulo de coisificação da pessoa – criam défices econômico-financeiros.

Mas isso, doutro passo, somente será possível se, em âmbito interno, isto é, em nossas ideias, concordarmos todos de que pessoas têm dignidade, e não as coisas.